

## Licitação Compra - CIOP

De: Letícia - Contratos Alfalagos <contratos@alfalagos.com.br>  
Enviado em: segunda-feira, 7 de outubro de 2019 10:10  
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br  
Cc: RAYLENEE  
Assunto: SOLICITAÇÃO DE DESISTENCIA - OMEPRAZOL 20MG - MUNICIPIO DE CIOP  
Anexos: DESISTENCIA OMEPRAZOL.pdf; CARTA DO FORNECEDOR.PDF  
Prioridade: Alta

Bom dia prezados,

Em anexo segue a documentação referente ao item OMEPRAZOL 20 MG. Peço que avalie a situação e aceitem nossa solicitação. Qualquer dúvida estou à disposição.

Atenciosamente,



**Letícia de Oliveira**  
*Contratos*

Av. Alberto Vieira Romão, 1700  
Distrito Industrial - Alfenas - MG - CEP: 37135-516  
Fone: (35) 3701-0450  
www.alfalagos.com.br

Marcel dos Santos Cardoso  
Chefe do Setor de Licitações  
e Contratos CIOP  
RG: 42.181.355-3

07/10/2019



**Alfalagos Ltda**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701 0450  
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CIOP - PRESIDENTE PRUDENTE**

**PREGÃO PRESENCIAL: 08/2019**

**ALFALAGOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/0004-67, estabelecida na Rua XV de Novembro, nº1810, Lote 6, Quadra 2, Vila Industrial XV de Novembro, na Cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, CEP:13.385-100, doravante simplesmente denominada Contratada, devidamente representada, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, formular **PEDIDO DE DESISTÊNCIA**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

**DOS FATOS E FUNDAMENTOS**

A empresa Alfalagos participou do processo em epígrafe e sagrou vencedora de alguns itens, dentre eles o item OMEPRAZOL 20 MG fabricante PRATI.

Devido à alta demanda do item ocorreu o desabastecimento de nosso estoque, qual imediatamente procuramos repô-lo, porém quando entramos em contato com a fabricante para reabastecermos, fomos surpreendidos com carta informando a indisponibilidade do item, discorrendo em seu teor que o produto encontra-se temporariamente suspenso e sem previsão para retomada de sua fabricação e comercialização.

A lei de Licitações (lei 8666/93) prevê em seu artigo 43, §6º que em caso de fatos supervenientes que gerem justo motivo, é possível a desistência da proposta após a fase de habilitação, in verbis:

Art. 43, § 6º - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Em análise literal do texto, verifica-se que a questão deve ser analisada pautada no **princípio da razoabilidade e da legalidade**, qual havendo um justo motivo ocorrido após a oferta de preço, é razoável o acolhimento do pedido de desistência.



**Alfalagos Ltda**

CNPJ 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-516 Alfenas MG Tel (35) 3701-0450  
decontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

1489  
1

No presente caso, o fato superveniente se verifica com a repentina paralisação na produção e eventual suspensão do item, levando a escassez no mercado, fato este alheio a vontade da Licitante.

Já o motivo justo encontra-se tipificado através da impossibilidade de adquirir o item, uma vez que a fabricante não o disponibiliza no mercado, impedindo a Licitante de cumprir com suas obrigações contratuais.

A não aceitação da desistência poderá ocasionar grandes transtornos ao Órgão Público, tendo em vista que em sua competência de gestor solicitará a Licitante o Medicamento e esta encontrará impedida de fornecer, pois não consegue adquiri-lo, ou seja, movimentará toda máquina pública demandando de tempo e esforço de seus funcionários, sendo que não haverá outro fim possível.

A medida se faz necessária, visto que, como a Licitante é mera distribuidora de medicamentos e não os confecciona, fica adstrita a disponibilidade de fornecimento dos laboratórios.

Infelizmente esta é a realidade vivida pelas distribuidoras de medicamento na atualidade.

Insta trazer em tela que a Administração Pública é norteada por diversos princípios que são fundamentais, dentre eles o da **Eficiência**, qual exige que atividade administrativa seja exercida com rendimento funcional e de maneira perfeita, bem como exigindo resultados positivos para o serviço público, um atendimento satisfatório e em tempo razoável.

Não aceitar a desistência ocasionará eventual violação pelo Município do princípio acima discorrido, uma vez que não haverá como fornecer o item em questão.

Entende-se por caso fortuito ou força maior todo fato/ ocorrência imprevisível ou difícil de prever que gere um ou mais efeitos/consequências inevitáveis, o que ocorre no caso em comento.

Não há como a licitante prever que o fabricante iria suspender a fabricação e comercialização do medicamento, qual geraria um fato de consequência inevitável, sendo ele a impossibilidade de adquirir o item para fornecer às licitações.

Novamente cita-se outro princípio desta vez um dos norteadores do processo licitatório, sendo ele o **Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa**, qual nos remete que a conduta dos licitantes e dos agentes públicos tem que ser compatível com a moral, ética, bons costumes e honestidade.

A licitante age a todo tempo pautada no **princípio da moralidade**, vez que dotada de boa-fé, ao verificar a impossibilidade de cumprimento de suas obrigações e que tais fatos ocasionariam transtornos consideráveis a todos os Órgãos Públicos e sua



**Alfalagos Ltda**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-510 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450  
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

1456  
dr

população, imediatamente comunica a Licitada, solicitando a desistência a fim de que querendo, sejam tomadas as medidas necessárias para contratação de outro fornecedor do item.

Cabe agora ao Órgão Público pautar-se também no princípio acima discorrido e, verificando os fatos, bem como a dificuldade desta empresa em adquirir o produto e o empenho para solucionar, acatar o pedido de desistência, não aplicando qualquer penalidade.

Deve-se reforçar que o intuito da desistência é não causar prejuízo ao Ente Público e sua População, uma vez que o produto está com sua fabricação e comercialização suspensa e conseqüentemente impossibilitando empresa de adquirir o produto, atendendo ao **princípio do maior interesse público**.

Aceitar a desistência é medida que se faz urgente para não prejudicar a população, tendo em vista o cenário atual dos fabricantes face o medicamento.

Assim, diante das razões expostas, por entender que está comprovando a necessidade de tal exclusão, a contratada requer o acolhimento do **PEDIDO DE DESISTÊNCIA** referente ao item OMEPRAZOL do fabricante PRATI conforme previsão no Art. 43, § 6º, da lei 8666/93 isentando-a da aplicação de qualquer penalidade, bem como a exclusão do medicamento de nosso rol constante no contrato, estendendo seus efeitos a todos os Municípios integrantes da Instituição.

Portanto pedimos a compreensão do relatado, uma vez que o fato ocorrido foi provocado por motivos fortuitos à vontade desta empresa.

Considerando a elevada estima por este órgão, desde já agradecemos e aguardamos o parecer.

Alfenas, 07 outubro de 2019.

*Raylene Miranda*

Raylene Ap. C. Miranda  
CONTRATOS / LICITAÇÕES

Raylene Miranda  
Departamento de Contratos

1457  
f

**Prezado cliente distribuidor,**

**Ofício nº. 1448/2019/DH**

**PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA.**, indústria farmacêutica estabelecida à Rua Mitsugoro Tanaka, 145 – Centro Industrial Nilton Arruda, na Cidade de Toledo, Estado do Paraná – CEP 85903-630, inscrita no CNPJ nº 73.856.593/0001-66 e Inscrição Estadual nº 41806327-06, VEM respeitosamente por intermédio deste ofício informar aos seus clientes distribuidores e parceiros o que segue:

A empresa esclarece que o medicamento **OMEPRAZOL 20MG 40X14 (560 CAPS) - VP**, por decisões comerciais está, e assim permanece até a presente data, temporariamente suspenso, sem previsão, para retomada de sua fabricação e comercialização.

Sem mais para o momento, ficamos à disposição para sanar quaisquer dúvidas que possam surgir.

Atenciosamente,

Toledo (PR), 01 de outubro de 2019.



Virgilio Del Giudice Junior

Gerente Nacional de Vendas Hospitalar

**PRATI DONADUZZI & CIA LTDA**





1498

ALAGOS LTDA.

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** A empresa **ALFALAGOS Ltda**, com **MATRIZ** sediada à Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Distrito Industrial CEP 37.135-516 - Alfenas - Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/0001-14, Inscrição Estadual nº 016.189241.0050, e **FILIAL** sediada à Rua 15 de Novembro, 1810- Lote 6 - Quadra 2, Bairro: Vila Industrial 15 de Novembro - CEP: 13.385-100 - Nova Odessa - SP, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.194.502/0004-67 e Inscrição Estadual sob o nº. 482.081.634.114, neste ato, representada por seu Sócio proprietário, **Sr. Matheus Esteves Pereira**, brasileiro, solteiro, empresário, residente à Rua Amélio da Silva Gomes, nº 48, Ap. 106, Edif. Bela Vista Centro. Alfenas/MG, CPF nº 110.094.246-70, RG nº MG 17.621.515 SSP/MG, pelo presente mandato, credencia.

**OUTORGADO:** **Sr. Sebastião Máximo Filho**, R.G nº M 6.397.947 SSP/MG, CPF nº 034.008.496-00, brasileiro, casado, supervisor de vendas, residente e domiciliado na cidade de Alfenas - Minas Gerais.

**OUTORGADO:** **Sr. Fritz Ueder dos Santos**, R.G nº M 7.569.695 SSP/MG, CPF nº 000.257.296-67, brasileiro, casado, representante comercial, residente e domiciliado na cidade de Alfenas - Minas Gerais.

**OUTORGADO:** **Sr. Raylene Aparecida da Costa de Miranda**, R.G nº MG 15.579.208, CPF nº 091.312.146.06, brasileira, casada, representante comercial, residente e domiciliado na cidade de Alfenas - Minas Gerais.

**OUTORGADO:** **Sr. Nayara Bellini Chiomark**, R.G nº 15.830.448 SSP/MG, CPF nº 089.200.666-80, brasileira, solteira, Auxiliar de Licitação, residente e domiciliado na cidade de Alfenas - Minas Gerais.

**OUTORGADO:** **Sr. Elaine Alves Silvério**, R.G nº 41.822.988-0 SSP/SP, CPF nº 323.045.828.18, brasileira, casada, Auxiliar de Licitação, residente e domiciliado na cidade de Alfenas - Minas Gerais.

**PODERES:** Para representar o outorgante junto a Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, praticar atos necessários com relação a **LICITAÇÕES**, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, especiais poderes para desistir de recursos, interpor-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, assinar declarações, contratos, propostas, e praticar todos os atos de bom e completo desempenho do presente mandato, **vedado o substabelecimento**.

A presente procuração tem validade até 10/01/2020

Alfenas, 16 de Setembro de 2019

ALFALAGOS LTDA  
MATHEUS ESTEVES PEREIRA



149

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE  
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



### DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>3</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ALFALAGOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ALFALAGOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **16/09/2019 16:33:32 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ALFALAGOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

**Código de Consulta desta Declaração:** 1349059

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **16/09/2020 12:15:53 (hora local)**.

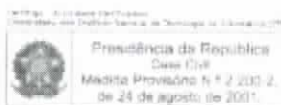
**Código de Autenticação Digital:** 23301609191213400721-1

**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fê.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bfc4714f51fce9f1f27353bffa4d013ab2bef0227ec549cb102778d221bfc0754619205da514e83f869515c782a328d3c781271e6d469c6e24533baeaceb847fd



rubro  
1-

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**INSTITUTO NACIONAL DE REGISTRO**  
**ALFENAS/MG**

**NOME**  
RAYLENE APARECIDA DA COSTA DE MIRANDA

**DOC. IDENTIFIC. DO CANDIDATO**  
RG 15579206 RFP MG

**SEXO**  
F

**DATA NASCIMENTO**  
07/08/1989

**FORMAÇÃO**  
NOME SIMÃO DE MIRANDA  
FRENE APARECIDA DA COSTA DE MIRANDA

**PROFISSÃO**  
PROFESSOR

**DATA REGISTRO**  
15/12/2016

**LOCAL**  
ALFENAS, MG

**DATA EMISSÃO**  
15/12/2016

**Assinatura**  
Ass. Claudia Oliveira Pires  
Diretora de DEAN-MG

**15465811321**  
**MG504310240**

**VALIDA EM TODA A TERRITÓRIO NACIONAL**  
**1406633847**

**PROSELETO PLASTIFICAR**  
**1406633847**

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS**  
RUA DE ARAUCÁRIA, 100 - JARDIM ARAUCÁRIA - ALFENAS - MG - 38.700-000  
FONE: (31) 3500-1111 - FAX: (31) 3500-1112 - E-MAIL: cjb@azevedobastos.com.br

**Autenticação Digital**

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V, 8º, 11º e 12º da Lei nº 8.933/1994 e art. 4º do Prov. 136/2006, Substitui o presente protocolo digitalizado, registrado no  
do sistema de autenticação de dados, para fins de validade e validade.

**Cód. Autenticação: 23300301191007310459-1; Data: 03/01/2019 10:16:26**

**Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ASY45668-PREV**  
Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Confira os dados do ato em: <https://sistema.digital.jpb.jus.br>

1461

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
http://www.azevedobastos.not.br  
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



### DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

Eu, Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ALFALAGOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ALFALAGOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 03/01/2019 10:42:55 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e 11º §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ALFALAGOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1143454

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 03/01/2020 10:17:58 (hora local).

Código de Autenticação Digital: 23300301191007310459-1

Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

#### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fc94f057f2d69fe6bc05b5e74f6d69b08024c37424ba64b2624f6250c512b2bdb170efe77d18302af62fe619205da514e83f869515c782a328d3ce94fa95fa96437b5b02612ad206c3846



Presidência da República  
Casa Civil  
Mesa Diretora nº 2.000-2  
de 24 de agosto de 2011



MEMORANDO

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Jurídica

**Assunto:** Solicitação de cancelamento de item – Pregão Presencial – SRP – nº 08/2019

**Interessado:** Alfalagos Ltda. ARP nº 20/2019

Encaminho solicitação da empresa **ALFALAGOS LTDA**, às fls. 1.453/1.461, sobre pedido de cancelamento do item 87 referente à Ata de Registro de Preços nº 20/2019 (**Omeprazol 20 mg**).

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 08 de novembro de 2019

**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 08 / 11 / 2019

Setor Jurídico:

*[Assinatura]*



1463

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

---

## **PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**ORIGEM: ALFALAGOS LTDA.**

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO CANCELAMENTO DO ITEM 87 - OMEPRAZOL 20MG**

---

### **RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação de desistência da proposta referente ao item OMEPRAZOL 20MG, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa ALFALAGOS LTDA, sob a justificativa de "o produto encontra-se temporariamente suspenso e sem previsão para retomada de sua fabricação e comercialização".

2. A solicitante realiza o pedido de desistência do item OMEPRAZOL 20MG (fls. 1.454/1.456), registrado na ata do Pregão Presencial nº 08/2019 e juntou documentos em fls. 1.457/1.461 (carta do fornecedor e documentos da solicitante).

3. Os documentos ora analisados são: a solicitação de desistência do item 87 (OMEPRAZOL 20MG), recebido/protocolado em 07/10/2019, bem como os documentos de fls. 1.457/1.461 (carta do fornecedor e documentos da solicitante).

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao pedido de desistência do item 87 - OMEPRAZOL 20MG, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019 SRP MEDICAMENTOS RENAME - PROCESSO Nº 12/2019 pactuado com a empresa

---



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

requerente, ALFALAGOS LTDA, versando, em síntese, "o produto encontra-se temporariamente suspenso e sem previsão para retomada de sua fabricação e comercialização".

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade da rescisão contratual quanto ao item 87 nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa ALFALAGOS LTDA solicita a desistência do item 87 – OMEPRAZOL 20 MG da Ata 20/2019, sob a justificativa de que o seu fornecedor suspendeu a sua comercialização e não há previsão para que realize a sua retomada.

8. Alega em seu pedido que foi surpreendido com a suspensão da comercialização por parte de seu fornecedor, bem como a escassez deste no mercado. Fundamenta o seu pedido com base na Lei de Licitações e nos Princípios Gerais da Administração Pública.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 1.457/1.461 (carta do fornecedor e documentos da solicitante).

10. Embasa a sua solicitação na infortúnica da cessação da fabricação e comercialização do medicamento OMEPRAZOL 20MG por parte de seu fornecedor, conforme documento de fls. 1457. Diligenciando no site do fornecedor (<https://www.pratidonaduzzi.com.br/>) o medicamento não se encontra mais na lista de produtos comercializados por esta.

11. De fato, a retirada de um medicamento que é usualmente comercializado configura um caso fortuito, pois fica a empresa vencedora da ata



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

impossibilitada de fornecer a medicação com o preço registrado em Ata, por ato alheio a sua vontade. Conforme Marçal Justen Filho:

A previsão de que caso fortuito e força maior são causas de extinção do vínculo jurídico é inerente ao direito dos contratos. Em qualquer hipótese, força maior ou caso fortuito acarretam a rescisão do contrato. Abrangem-se as ocorrências que tornam inviável o cumprimento da prestação, por fatores que escapam ao controle do devedor. Não se caracteriza a inexecução culposa, porquanto a ausência de cumprimento deriva de circunstâncias que transcendem a vontade do devedor e que independem da adoção, por parte dele, das cautelas e precauções devidas (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais)

12. No entanto, com fulcro no princípio da eficiência e eficácia dos atos administrativos, verificar com a Empresa vencedora a possibilidade de fornecimento do medicamento por meio de outro fabricante. Informo que apesar dos contratos administrativos se pautarem pelo Princípio da Legalidade e por se tratar de um Procedimento Licitatório este se cingirá ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

13. Temos que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não pode afastar o princípio da economicidade e da eficiência, não devendo aplicar as regras editalícias de forma restritiva uma vez que não prejudique a Administração Pública, desde que não infrinja a isonomia do processo.

14. Razão pela qual somente poderá realizar a troca da fabricante fornecedora se houver a manutenção do valor constado em ata que é preço unitário de R\$ 0,047. Insta ressaltar que é vedado a troca do fornecedor e a recomposição do equilíbrio econômico, vez que configuraria quebra do processo licitatório.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

### CONCLUSÃO

15. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Verificar a possibilidade da troca do fornecedor, desde que ocorra a manutenção do preço registrado em Ata;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 19 de novembro de 2019.

**Dr. RANGEL STRASSER FILHO**  
**Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164**

1467  
d

## MEMORANDO

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretor Executivo

**Assunto:** Solicitação de Cancelamento de item – Pregão Presencial – SRP – nº 08/2019 – Ata nº 20/2019

**Interessado:** Alfalagos Ltda.

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 1.463/1.466, que opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item 87 (omeprazol 20 mg) e pelo deferimento da troca de marca.

Presidente Prudente, 22 de novembro de 2019



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

## DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

**Assunto:** Solicitação de cancelamento de item – Pregão Presencial – SRP – nº 08/2019 – Ata nº 20/2019  
**Interessado:** Alfalagos Ltda.

Trata-se de pedido de cancelamento do item 87 (omeprazol 20mg) alegando a falta de comercialização do produto pela fabricante.

O Setor Jurídico às fls. 1.463/1.466 opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento e deferiu, alternativamente, a troca de marca mantendo-se o mesmo preço.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de cancelamento do item 87 (omeprazol 20 mg), realizada pela empresa **ALFALAGOS LTDA., CNPJ nº 05.194.502/0004-67, e DEFIRO**, alternativamente, a troca de marca do medicamento, mantendo-se o mesmo preço registrado, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 22 de novembro de 2019



**CARLOS AUGUSTO VRECHE**  
Diretor Executivo-CIOP



# CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

## IMPrensa Oficial

Licitação

### DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: Pedido de Cancelamento de Registro de Item. ARP nº 20/2019. Pregão Presencial nº 08/2019. Item 87 (Omeprazol 20mg). Interessada: ALFALAGOS LTDA. CNPJ nº 05.194.502/0004-67. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do item e, alternativamente, pela troca de marca mantendo-se o mesmo preço, conforme fundamentos acostados nos autos. Carlos Augusto Vreche, Diretor Executivo. Pres. Prudente, 22 de novembro de 2019.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

## IMPrensa Oficial



Despacho do Diretor Executivo. Assunto: Pedido de Cancelamento de Registro de Item. ARP nº 20/2019. Pregão Presencial nº 08/2019. Item 87 (Omeprazol 20mg). Interessada: ALFALAGOS LTDA. CNPJ nº 05.194.502/0004-67. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do item e, alternativamente, pela troca de marca mantendo-se o mesmo preço, conforme fundamentos acostados nos autos. Carlos Augusto Vreche, Diretor Executivo. Pres. Prudente, 22 de novembro de 2019.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

## IMPrensa Oficial

### DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: Pedido de Cancelamento de Registro de Item. ARP nº 20/2019. Pregão Presencial nº 08/2019. Item 87 (Omeprazol 20mg). Interessada: ALFALAGOS LTDA. CNPJ nº 05.194.502/0004-67. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do item e, alternativamente, pela troca de marca mantendo-se o mesmo preço, conforme fundamentos acostados nos autos. Carlos Augusto Vreche, Diretor Executivo. Pres. Prudente, 22 de novembro de 2019.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

## IMPrensa Oficial